



Práticas de Educação e Preservação Ambiental Promovidas pelo Coletivo Urbano “Cuidadores da APP Jardim Miriam”

Laura Martins de Carvalho

Doutora em Saúde Global e Sustentabilidade
Universidade de São Paulo, Brasil
lauramarcarvalho@gmail.com
ORCID iD: 0000-0001-9795-1053

Beatriz Martins Arruda

Doutoranda em Saneamento e Ambiente
Universidade Estadual de Campinas, Brasil.
b072834@dac.unicamp.br
ORCID iD: 0000-0002-5791-9988

Emília Wanda Rutkowski

Professora Titular da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo
Universidade Estadual de Campinas, Brasil.
b072834@dac.unicamp.br
ORCID iD: 0000-0001-5680-9691

Submissão: 28/04/2025

Aceite: 10/01/2026

CARVALHO, Laura Martins de; ARRUDA, Beatriz Martins; RUTKOWSKI, Emília Wanda. Práticas de Educação e Preservação Ambiental Promovidas pelo Coletivo Urbano “Cuidadores da APP Jardim Miriam”. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. e2517, 2026. DOI: [10.17271/1980082722120266271](https://doi.org/10.17271/1980082722120266271).

Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/6271

Licença de Atribuição CC BY do Creative Commons: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Práticas de Educação e Preservação Ambiental Promovidas pelo Coletivo Urbano “Cuidadores da APP Jardim Miriam”

RESUMO

Objetivo - examinar as práticas de educação ambiental e de sustentabilidade promovidas pelo coletivo urbano “Cuidadores da APP Jardim Miriam”, com base nos referenciais do urbanismo tático e da educação ambiental crítica.

Metodologia - a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com entrevistas a uma liderança do coletivo e observação participante em ações de campo, como mutirões de limpeza, plantio de árvores e visitas técnicas à Área de Preservação Permanente (APP) urbana.

Originalidade/relevância - o estudo insere-se nos debates sobre gestão comunitária de áreas verdes urbanas, abordando um gap teórico sobre o papel dos coletivos urbanos na revitalização de territórios degradados e na promoção da educação ambiental e da sustentabilidade urbana.

Resultados - as ações do coletivo evidenciam impacto direto na restauração da APP, com engajamento comunitário em práticas de gestão ambiental e educativa in situ, beneficiando tanto os moradores locais quanto a cidade de Campinas.

Contribuições teóricas/metodológicas - o estudo destaca o urbanismo tático como estratégia relevante para construção de cidades participativas, resilientes e inclusivas, contribuindo para o avanço teórico da gestão urbana colaborativa.

Contribuições sociais e ambientais - as práticas do coletivo promovem a sensibilização ambiental e o envolvimento cidadão, configurando um modelo eficaz e descentralizado de gestão de áreas verdes urbanas negligenciadas pelo poder público.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento urbano sustentável. Engajamento comunitário. Gestão descentralizada.

Educational and Environmental Preservation Practices Promoted by the Urban Collective “Cuidadores da APP Jardim Miriam”

2

ABSTRACT

Objective - to examine the environmental education and sustainability practices promoted by the urban collective “Cuidadores da APP Jardim Miriam”, based on the theoretical frameworks of tactical urbanism and critical environmental education.

Methodology - this study employed a qualitative approach, including interviews with one of the collective’s key leaders and participant observation during field activities such as cleanup events, tree planting, and technical visits to the urban Permanent Preservation Area (APP).

Originality/relevance - the study is situated within debates on community management of urban green spaces, addressing a theoretical gap concerning the role of urban collectives in sustainability promotion and the revitalisation of degraded territories.

Results - the findings reveal that the collective’s actions significantly contribute to protecting and restoring the area while also engaging the local community in grassroots environmental management and education, benefiting both residents and the city of Campinas.

Theoretical/methodological contributions - the study highlights tactical urbanism as an effective strategy for building participatory, resilient, and inclusive cities, contributing to the theoretical development of collaborative urban management.

Social and environmental contributions - the collective's collaborative practices foster environmental awareness and citizen engagement, creating a decentralised, effective model for managing neglected urban green spaces neglected by public authorities.

KEYWORDS: Sustainable urban development. Community engagement. Decentralised management.

Práticas de Educação y Preservación Ambiental Promovidas por el Colectivo Urbano “Cuidadores de la APP Jardim Miriam”

RESUMEN

Objetivo - Examinar las prácticas de educación ambiental y sostenibilidad promovidas por el colectivo urbano “Cuidadores de la APP Jardim Miriam”, con base en los marcos teóricos del urbanismo táctico y la educación ambiental crítica.

Metodología - El estudio adoptó un enfoque cualitativo, mediante entrevistas a una de las principales lideranzas del colectivo y la observación participante en actividades de campo, como jornadas de limpieza, plantación de árboles y visitas técnicas al Área de Preservación Permanente (APP) urbana.

Originalidad/relevancia - El estudio se inserta en los debates sobre la gestión comunitaria de espacios verdes urbanos y aborda una laguna teórica sobre el papel de los colectivos urbanos en la promoción de la sostenibilidad y la revitalización de territorios degradados.

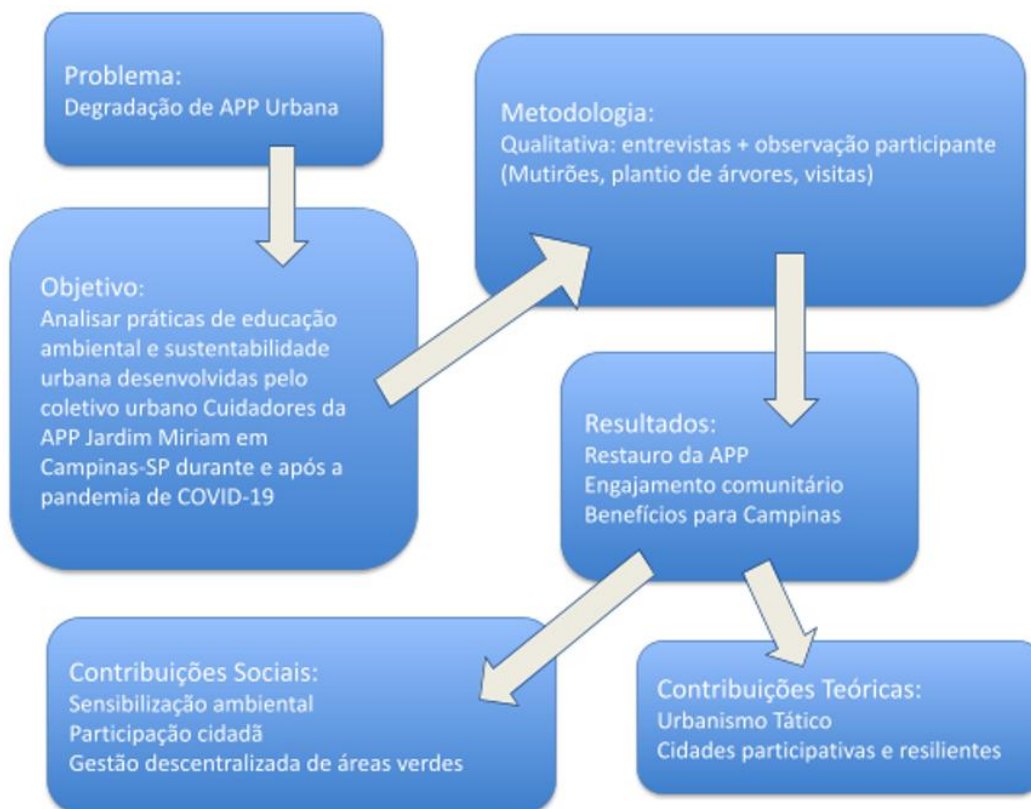
Resultados - Los resultados muestran que las acciones del colectivo contribuyen de forma significativa a la protección y restauración del área, al tiempo que involucran a la comunidad local en prácticas de gestión ambiental y educación in situ, beneficiando tanto a los residentes como a la ciudad de Campinas.

Contribuciones teóricas/metodológicas - El estudio resalta el urbanismo táctico como una estrategia efectiva para la construcción de ciudades participativas, resilientes e inclusivas, y contribuye al desarrollo teórico de la gestión urbana colaborativa.

Contribuciones sociales y ambientales - Las prácticas colaborativas del colectivo fomentan la concienciación ambiental y la participación ciudadana, creando un modelo descentralizado y eficaz para la gestión de espacios verdes urbanos desatendidos por el poder público.

PALABRAS CLAVE: Desarrollo urbano sostenible. Participación comunitaria. Gestión descentralizada.

RESUMO GRÁFICO



1 INTRODUÇÃO

Os coletivos urbanos têm emergido como protagonistas na gestão de áreas verdes e na promoção de práticas sustentáveis em espaços públicos. Formados por cidadãos engajados, esses grupos ocupam áreas negligenciadas pelo poder público, atuando na preservação ambiental e na revitalização de espaços públicos degradados. Esse fenômeno está intrinsecamente ligado ao conceito de Urbanismo Tático, uma abordagem que prioriza intervenções diretas, participação comunitária e a recuperação socioambiental de territórios urbanos. Ao ressignificar áreas públicas, tais iniciativas fomentam cidades mais inclusivas e sustentáveis. Em Campinas, esse movimento ganha força, tornando-se palco de transformações lideradas pela sociedade civil.

Nesse contexto, este artigo analisa a trajetória do coletivo “Cuidadores da APP Jardim Miriam”, grupo que atua com mobilização comunitária voltada à preservação e à educação ambiental. Surgido durante a pandemia de COVID-19 em 2020, o grupo originou-se da preocupação de moradores com a degradação de uma Área de Preservação Permanente (APP) urbana, que era o único espaço público do bairro que permitia atividades ao ar livre no período de isolamento social. Inicialmente, as ações focaram na limpeza do local e no aumento da cobertura vegetal, mas logo evoluíram para uma atuação estruturada, integrando três eixos: (i) recuperação ambiental: mutirões e plantio de espécies nativas; (ii) educação ambiental crítica: trilhas ecológicas e conscientização sobre a bacia do córrego São Francisco; (iii) engajamento comunitário: participação de novos voluntários e articulação com redes locais.

A atuação do coletivo demonstra o papel crescente de organizações da sociedade civil na compensação de lacunas deixadas pelo poder público local, combinando Urbanismo Tático com ambientalismo prático. Suas intervenções não apenas revitalizaram a APP, mas também criaram um modelo participativo de gestão territorial, em que a comunidade assume o protagonismo na construção de um espaço público mais sustentável e democrático. Nessa direção, esse estudo destaca a importância dos coletivos urbanos como catalisadores de transformações socioambientais em áreas urbanas, demonstrando que a mobilização local pode gerar impactos sistêmicos desde a escala micro (melhoria da qualidade de vida no bairro) até a macro (contribuições para políticas públicas ambientais). As ações do coletivo “Cuidadores da APP Jardim Miriam” integram Urbanismo Tático e Educação Ambiental Crítica (EAC), criando oportunidades para o engajamento local e a construção de um ambiente urbano mais sustentável e participativo.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as práticas de educação ambiental e de sustentabilidade urbana desenvolvidas pelo coletivo “Cuidadores da APP Jardim Miriam”, localizado em Campinas (SP), buscando compreender seu papel na sensibilização ecológica e na transformação socioambiental da comunidade e do seu território. Para alcançar o objetivo geral, este trabalho estabeleceu três objetivos específicos: (i) investigar a governança do grupo e seu uso estratégico de mídias sociais para mobilização comunitária; (ii) caracterizar as metodologias de EAC adotadas, considerando seu impacto na sensibilização ecológica e nas transformações

de hábitos locais; (iii) discutir desafios e perspectivas futuras quanto à continuidade e ao engajamento da comunidade nas práticas de governança e nas ações adotadas.

3 METODOLOGIA

Este estudo, parte integrante de uma pesquisa mais ampla, investigou o coletivo “Cuidadores da APP Jardim Miriam”, selecionado mediante anuência de sua liderança e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 65070722.0.0000.8142), com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A abordagem qualitativa, centrada na observação participante, combinou uma entrevista semiestruturada com uma das lideranças (setembro/2023); participação ativa em mutirões de limpeza, plantios de árvores e visitas de campo (agosto/2023 a agosto/2024); análise do documentário “Conhecer para Preservar a APP do Jardim Miriam” (Conhecer, 2023); observação sistemática das interações entre os membros do coletivo. Para contextualizar as práticas observadas, realizou-se ainda uma revisão bibliográfica crítica sobre Urbanismo Tático, coletivos urbanos, territórios do conhecimento e Educação Ambiental (EA) na sua vertente crítica, estabelecendo diálogos entre o referencial teórico e os dados empíricos produzidos.

4 TEORIA

Com maior recorrência, os coletivos urbanos têm assumido um papel central na gestão de áreas verdes e na promoção de práticas sustentáveis em espaços públicos. Formados por membros da sociedade civil, sejam eles formalizados juridicamente ou não, esses grupos cuidam de áreas negligenciadas pelo poder público, atuando tanto na preservação ambiental quanto na revitalização de espaços degradados. Esse fenômeno é explicado pelo conceito de “Urbanismo Tático”, que envolve ações diretas, temporárias ou permanentes, com o objetivo de transformar o espaço urbano, engajar a comunidade local e promover a recuperação ambiental e social, além de ressignificar áreas públicas (Carvalho; Noronha, 2024; Carvalho; Souza, 2025).

O coletivo Cuidadores da APP Jardim Miriam, fundado em outubro de 2020, na cidade de Campinas, reflete essa dinâmica. Durante a pandemia de COVID-19, seus membros fundadores procuravam atividades ao ar livre que também pudessem contribuir para a preservação ambiental. Motivados pela degradação da Área de Preservação Permanente (APP) do Jardim Miriam e pelo acúmulo de lixo, começaram a realizar mutirões de limpeza e plantio de árvores, expandindo progressivamente suas áreas de atuação, que hoje incluem reflorestamento, luta pela redução da contaminação das águas por esgoto, contenção de erosão do solo e outras ações de EA para sensibilização contínua da comunidade sobre sustentabilidade em área urbana (Carvalho; Noronha, 2024; Carvalho; Souza, 2025).

O Urbanismo Tático, conforme discutido por Silva *et al.* (2019), é caracterizado por intervenções locais e pontuais, realizadas por grupos de civis sem o suporte ou autorização oficial do poder público. Essas ações visam solucionar problemas urbanos, como mobilidade, uso coletivo de espaços abandonados, a falta de áreas verdes ou a degradação ambiental, ao mesmo tempo que envolvem a comunidade no processo de transformação e reivindicam o espaço público (Carvalho; Noronha, 2024; Carvalho; Souza, 2025). Os coletivos urbanos, ao se

apropriarem dessas pautas, não só revitalizam espaços negligenciados, mas também estabelecem novas formas de governança, nas quais cidadãos tornam-se protagonistas na gestão do território urbano (Silva *et al.*, 2019), tal qual ocorre com o coletivo. Geograficamente, o coletivo atua na APP do Jardim Miriam, uma área que integra a Bacia Hidrográfica do Córrego São Francisco Xavier, e empenha-se em conquistar a implementação do Parque Linear do Córrego São Francisco, um projeto de grande importância para a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida local (Carvalho; Noronha, 2024).

A atuação dos coletivos urbanos também pode ser compreendida à luz da crise de representatividade política, conforme problematizado por Marino (2018), para quem a apropriação do espaço público por coletivos urbanos reflete o enfraquecimento do Estado como gestor de espaços públicos urbanos. O caso do Parque Augusta, na capital paulista, mostra como movimentos contemporâneos, incluindo os voltados à função socioambiental dos espaços urbanos, surgem como resposta à ineficiência e ao descaso do poder público. O movimento pela valorização dessa área verde como parque público foi catalisado pelas manifestações de 2013, ano de aquisição do terreno por duas incorporadoras, o que trouxe à tona a insatisfação da população com a gestão urbana na região. Frente à possibilidade de um novo empreendimento imobiliário suprimir a vegetação, a livre fruição e o uso comunitário de espaços públicos em grandes cidades, os coletivos urbanos emergem com soluções alternativas, reivindicando o direito de proteger e cuidar de áreas públicas vulneráveis a interesses econômicos privados (Marino, 2018).

A apropriação de espaços públicos para reivindicar a sustentabilidade urbana evidencia a conexão entre as ações endógenas da sociedade civil e o conceito de "cidades sustentáveis". Segundo Figueiredo (2024), a sustentabilidade urbana requer uma abordagem integrada que combine preservação ambiental com a participação ativa da sociedade civil. Nessa direção, o coletivo "Cuidadores" emergiu como uma solução para a degradação da APP, engajando-se na luta pela implementação do Parque Linear do Córrego São Francisco, que garantiria a preservação da área e promoveria o uso sustentável e comunitário do espaço.

Segundo Harvey (2014), esse modelo de governança descentralizada observado em ambas as iniciativas está intimamente ligado à defesa dos "comuns urbanos", bense serviços de uso coletivo sob ameaça de privatização ou abandono. Além disso, o conceito de "direito à cidade", cunhado por Henri Lefebvre em 1968, também é central para compreender o papel dos coletivos urbanos na gestão de áreas verdes. Lefebvre (2001) afirma que o direito à cidade envolve o direito de participar ativamente das decisões sobre o uso e a gestão do espaço urbano. Essa participação pressupõe um espaço democrático e inclusivo, possibilitando que a comunidade gestione o espaço público de acordo com suas necessidades e aspirações. Os coletivos urbanos, ao reivindicar esse direito, transformam áreas negligenciadas em espaços verdes e sustentáveis, promovendo uma gestão comunitária e horizontal desses territórios.

Nessa mesma direção, o estudo de Ribeiro, Silva e Longo (2020) mostra como as trilhas urbanas e periurbanas, no contexto da expansão urbana de Barão Geraldo (Campinas/SP), extrapolam a função recreativa e assumem um papel estratégico na promoção da mobilidade, da integração social e da educação ambiental. Ao analisar aspectos como infraestrutura, cobertura vegetal, problemas ambientais e o uso do espaço pela população, os autores demonstram que esses territórios de circulação cotidiana podem se tornar espaços educativos

e de sensibilização ambiental, desde que acompanhados por políticas públicas voltadas à sinalização, segurança, iluminação e preservação ambiental, especialmente em áreas sensíveis, como a mata do Quilombo.

5 RESULTADOS

5.1 Governança descentralizada e uso de mídias sociais

As atividades do coletivo são organizadas em grupos menores que se reúnem semanalmente para tratar de temas específicos, tais como comunicação e articulação política. As grandes decisões são tomadas em assembleias abertas a todos os membros, garantindo uma gestão participativa e democrática. Atualmente, o coletivo possui 87 membros, dos quais cerca de 25 participam regularmente de todas as atividades. Um núcleo menor, composto por 12 pessoas, é diretamente responsável pela tomada de decisões e pela organização das ações. Em relação à diversidade, o grupo reconhece a necessidade de ampliar a representação socioeconômica e étnica, uma vez que a maioria dos membros é proveniente da classe média e ainda há baixa participação de pessoas pretas e pardas. Além disso, há uma leve predominância de mulheres entre os membros mais ativos.

A atuação dos coletivos urbanos é organizada em um modelo descentralizado de gestão coletiva, no qual as práticas são implementadas com base na ação direta e no engajamento comunitário. O Urbanismo Tático, baseado em intervenções pontuais ou permanentes, demonstra ser a maneira como cidadãos se apropriam de um mecanismo para construir cidades mais resilientes e equitativas (Figueiredo, 2024). Dessa forma, a governança descentralizada é elemento central na organização das atividades do coletivo Cuidadores da APP Jardim Miriam, que se estrutura como um grupo informal, ou seja, sem Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Em termos de comunicação e tecnologia, para a gestão interna, o coletivo utiliza o aplicativo móvel WhatsApp e o armazenamento em nuvem do Google Drive, no qual organiza documentos e mantém relatórios de suas reuniões e atividades. O coletivo também utiliza amplamente as mídias sociais como uma ferramenta estratégica para divulgar suas atividades de EA, sensibilizando e mobilizando a comunidade local e um público mais amplo. Por meio de plataformas como Instagram, YouTube e sua página web própria (Quadro 1), o coletivo busca difundir suas atividades e informações de forma gratuita e acessível a todos, promovendo acesso livre e irrestrito aos convites e materiais divulgados.

Quadro 1 - Presença Digital do Coletivo Urbano "Cuidadores da APP Jardim Miriam"

Meio de Comunicação	URL
Instagram	https://www.instagram.com/cuidadoresdaapp/
YouTube	https://www.youtube.com/@cuidadoresapp2919
Home Page	https://appcuidadores.wixsite.com/inicio

Fonte: Autoras (2026).

Esse uso de mídias sociais não só amplia o alcance das ações do grupo, como também facilita a criação de parcerias estratégicas com agentes sociais dos setores público e privado, promovendo colaborações voltadas à preservação ambiental. Essa presença digital ativa

contribui para que o coletivo atinja um público mais diversificado e colabore diretamente com outros atores sociais, ampliando a sua rede de apoio e engajamento.

O coletivo mantém uma relação próxima com o poder público de Campinas, especialmente com a Secretaria do Clima, Meio Ambiente e Sustentabilidade (SECLIMAS) e a Companhia de Habitação Popular (COHAB), com as quais colabora na resolução de questões relacionadas à preservação e à infraestrutura ambiental. Recentemente, também estabeleceu uma parceria com uma empresa privada para o Dia Mundial da Limpeza, organizada em conjunto com a SECLIMAS. Além disso, o coletivo colabora com outros grupos comunitários locais, como a Associação de Moradores e Proprietários Village Campinas (AMPROVIC), de um bairro próximo, em mutirões de limpeza e em ações conjuntas de preservação ambiental.

Ao manter oficialmente um site e os perfis ativos em redes sociais, são criados espaços de documentação pública e transparente de suas ações, reforçando sua legitimidade e visibilidade, facilitando a interação com outros agentes sociais e com outros meios de divulgação de suas iniciativas e resultados, como a mídia de portais de notícias, blogs de formadores de opinião, perfis de influenciadores digitais, entre outros.

Adicionalmente, o reconhecimento de que o coletivo ainda precisa aumentar a diversidade étnica e socioeconômica de seus membros reforça o papel dessas ferramentas digitais como um meio de inclusão e de alcance a novas parcelas da população de Campinas, pois as plataformas digitais permitem maior visibilidade ao trabalho do coletivo e criam oportunidades para a ampliação da participação comunitária. O monitoramento de interações nas redes sociais ainda permite avaliar o impacto das iniciativas nesse sentido.

5.2 Educação Ambiental Crítica (EAC)

A EAC é outro eixo central das atividades do coletivo "Cuidadores". Segundo Figueiredo (2024), a EA, em sua vertente crítica, é uma ferramenta que promove cidades sustentáveis, estimulando uma mudança de valores e atitudes em relação ao meio ambiente. O coletivo aplica esses princípios ao acolher interessados em ações concretas de preservação e recuperação ecológica que não sejam oriundos da comunidade local, envolvendo, assim, até pessoas de bairros mais distantes geograficamente, ampliando sua rede de colaboração e alcance das ações. Entre as principais atividades do grupo estão a organização de mutirões mensais de limpeza (Figura 1), o plantio de mudas nativas (Figura 1), a providência de confeccionar e instalar sinalização informativa e instrutiva (Figuras 2 e 3), a fiscalização ambiental de construções irregulares e a realização de parcerias com escolas locais para promover projetos educativos, como trilhas ecológicas e a construção de um borboletário.

Figura 1 – Dia de mutirão de limpeza e plantio de árvores na APP Jardim Miriam, em Campinas, SP.



Fonte: Autoras (2023).

No dia de mutirão de limpeza e plantio de árvores na APP Jardim Miriam, ilustrado na Figura 1, membros do coletivo e voluntários contaram com o apoio da iniciativa privada para recolher e transportar todos os resíduos encontrados no percurso, feito durante o período da manhã, para o Ecoponto mais próximo, no distrito de Barão Geraldo, em Campinas, SP. Ao longo do caminho, os participantes se deparam com sinalização local (Figura 2) que reforça a importância da ação e, por meio de um QR code, conduzem os visitantes ao local para mais informações sobre o tema.

Figura 2 – Placa educativa na APP Jardim Miriam, em Campinas, SP.



Fonte: Autoras (2023).

Conforme o depoimento de uma das líderes do coletivo, o processo de implantação da placa educativa e de localização no Parque Linear do córrego São Francisco, na APP Jardim Miriam, envolveu a captação de recursos por meio de financiamento voluntário coletivo, processo popularmente conhecido como “vaquinha”; uma série de reuniões para a criação do conteúdo; a contratação de um arte-finalista para o design gráfico da comunicação visual e de uma empresa especializada em placas de sinalização para a confecção e instalação no local. O relato explicita o esforço coletivo de atuar voluntariamente e colaborativamente desde a concepção e em todas as fases de planejamento até a celebração da conquista do objetivo comum, que é estendida e ampliada nos momentos em que há ações com mais pessoas no local, interagindo com o produto dessa ação.

Para além das intervenções físicas, o coletivo organiza eventos culturais com enfoque socioambiental em parceria com escolas e universidades, promovendo debates, sessões de cinema ao ar livre, apresentações artísticas e outras atividades que integram conscientização e lazer. Além de participar ativamente de datas emblemáticas como o Dia Mundial da Limpeza e o Dia Interamericano da Água, o grupo busca parcerias com instituições de ensino para realizar, no início de outubro, um evento especial em homenagem a São Francisco de Assis, padroeiro associado ao córrego local, combinando EA, cultura e tradição comunitária.

Cada atividade voltada à melhoria da qualidade ambiental urbana nessa área verde imbricada no tecido do bairro fortalece progressivamente o vínculo afetivo e funcional da comunidade com o território da APP. À medida que tais intervenções são implementadas, sejam elas paisagísticas, de infraestrutura ou socioculturais, o espaço se transforma gradualmente em um local mais seguro, saneado e convidativo à presença humana. Essa requalificação não apenas otimiza as condições físicas do ambiente, mas também ressignifica sua percepção social. A APP, antes potencialmente marginalizada ou subutilizada, passa a integrar-se ao cotidiano dos moradores, consolidando-se na memória coletiva e na construção identitária do bairro. Dessa forma, transcende sua condição inicial de mera localidade geográfica para assumir o status de lugar (Tuan, 1983), ou seja, um espaço carregado de significado, capaz de fomentar relações de pertencimento e apropriação por parte da população. As atividades ali desenvolvidas reforçam essa dinâmica, transformando a área em um espaço de convivência e sustentabilidade urbana.

Figura 3 – Placa educativa e de localização no Parque Linear do córrego São Francisco, que integra a APP Jardim Miriam, em Campinas, SP.



Fonte: Autoras (2023).

Nessa direção, a atuação desses movimentos vai além da recuperação física dos espaços: também promove um novo conjunto de costumes e hábitos que propulsionam um novo comportamento coletivo. Isso ocorre porque, ao transformarem áreas verdes urbanizadas e microbacias em territórios de conhecimento para a conservação e a preservação ambiental, criam-se dinâmicas de interação comunitária que redefinem a relação entre sociedade e natureza no contexto urbano. Os moradores passam a reconhecer-se como agentes ativos na gestão do território, fortalecendo o sentimento de corresponsabilidade. Como observa Figueiredo (2024), a EAC estimula mudanças de valores e atitudes em relação ao meio ambiente vivido. O coletivo "Cuidadores" aplica esses princípios ao envolver a comunidade local em ações concretas de preservação e recuperação ecológica, demonstrando a relevância da apropriação de um lugar como espaço de socialização, aprendizado e conscientização ambiental, elemento central para a sustentabilidade urbana.

A relação entre EAC, Urbanismo Tático e territórios do conhecimento se fortalece à medida que os coletivos urbanos promovem a sensibilização ambiental por meio de práticas de engajamento direto. Loureiro (2004, p. 4) argumenta que projetos desse tipo estabelecem “[...] processos participativos de ação consciente e integrada, fortalecendo o sentido de responsabilidade cidadã e de pertencimento a uma determinada localidade”. Nesse sentido, os coletivos urbanos exercem um papel de protagonismo cidadão, pois combinam a ação prática com a sensibilização da comunidade para os desafios ambientais. Oferecem, assim, uma

alternativa viável para a construção de cidades mais justas, resilientes e ambientalmente responsáveis.

Por fim, os trabalhos de Cruz (2011) e Souza (2011) aprofundam essa leitura ao situar a Educação Ambiental como prática pedagógica crítica, participativa e transformadora, articulada tanto ao território quanto às instituições educativas. Cruz (2011) destaca o Projeto Político-Pedagógico como expressão da identidade da escola e como instrumento de construção democrática, defendendo metodologias participativas e a centralidade da Educação Ambiental na formação cidadã. Souza (2011), por sua vez, enfatiza a Educação Ambiental como ferramenta de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento econômico não sustentável, ressaltando seu caráter permanente e emancipatório. Em conjunto, esses estudos reforçam que a Educação Ambiental opera como elo entre escola, território e sociedade, promovendo consciência crítica, participação social e práticas concretas de cuidado ambiental nos espaços formais e informais da vida urbana e periurbana.

5.3 Perspectivas Futuras

Para o ano de 2024, o coletivo estruturou seis grandes ações. Primeiramente, no âmbito da EA, deu continuidade às parcerias com as três escolas do bairro e ampliou essa colaboração para incluir uma escola de alfabetização de adultos, a Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC). Além disso, pretende instalar, em 2025, mais placas educativas na área (em continuidade às que já foram instaladas, ilustradas nas Figuras 1 e 3) e divulgar o documentário que produziu (Conhecer, 2023), visando sensibilizar mais pessoas sobre a importância da preservação e da conservação ambiental.

O coletivo tem articulado, junto à Administração Regional, a garantia de que a pavimentação da rua que atravessa a APP seja feita com material permeável, contribuindo para a absorção da água da chuva e para a redução de enchentes. O coletivo continua a demandar a instalação de passagens aéreas para a fauna, a criação de um ecoponto para o descarte adequado de resíduos e a busca de soluções para a erosão que afeta a área de preservação em épocas de chuva, devido ao rápido e intenso escoamento superficial de grandes volumes de água, especialmente onde a cobertura vegetal é menor e o solo é mais exposto.

A quarta ação foca em trilhas ecológicas. O coletivo pretende desobstruir a trilha local conhecida como Paineira Vovó, dar continuidade à preservação das trilhas existentes e estudar a viabilidade de abrir novas trilhas, ampliando as possibilidades de contato da comunidade com a natureza e promovendo o ecoturismo local. A quinta iniciativa envolve o plantio de árvores. Planejam georreferenciar todas as mudas já plantadas, criando um mapa detalhado que facilite o monitoramento e o cuidado dessas árvores. Para essa ação, tem-se buscado o apoio da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Além disso, definirão novos espaços para futuros plantios, fortalecendo a recuperação da vegetação nativa e a biodiversidade da região. Assim, o coletivo dará continuidade às atividades presenciais mensais que tiveram grande adesão da comunidade no ano anterior. Essas ações são fundamentais para manter o engajamento comunitário, promover a participação ativa dos moradores e consolidar a cultura de preservação ambiental no bairro.

Finalmente, cabe destacar a atenção do coletivo à prevenção de riscos relacionados ao fogo na APP em períodos de estiagem. Recentemente, com o aumento dos incêndios e do clima seco no estado de São Paulo, o grupo mobilizou novos voluntários, incluindo adultos e crianças, para instalar gotejadores ao redor das mudas plantadas em maio de 2024, o que evidenciou a importância da rega frequente na agenda de EAC. A iniciativa, além de buscar garantir a sobrevivência das plantas e convidar mais membros da comunidade a colaborar, reforça o papel do coletivo na preservação ambiental e no engajamento comunitário em situações de risco emergentes relacionadas a eventos extremos cada vez mais recorrentes.

6 DISCUSSÃO

Os resultados analisados demonstram que o coletivo "Cuidadores da APP Jardim Miriam" tem desempenhado um papel fundamental na transformação socioambiental de sua região, mobilizando a sociedade civil em torno de questões urgentes de sustentabilidade urbana. Suas ações, que incluem práticas de Educação Ambiental em sua vertente crítica e intervenções baseadas no Urbanismo Tático, mostram como grupos comunitários podem revitalizar espaços públicos degradados e, ao mesmo tempo, fortalecer o senso de pertencimento e cidadania ativa. No entanto, apesar dos avanços significativos, como a recuperação de áreas degradadas e a sensibilização da comunidade para a importância da conservação ambiental, persistem desafios que exigem maior apoio institucional. Questões como o despejo irregular de efluentes sanitários e a falta de infraestrutura adequada para o descarte de resíduos sólidos revelam os limites da atuação desses coletivos quando não há uma articulação efetiva com o poder público.

A experiência do "Cuidadores" se insere em um contexto mais amplo de crise de representatividade política, onde coletivos urbanos assumem funções que, em tese, caberiam ao poder público. Esse fenômeno, discutido por autores como Marino (2018), reflete tanto a insuficiência das políticas públicas tradicionais quanto a capacidade de organização autônoma da sociedade civil. Movimentos como o do Parque Augusta, em São Paulo, mostram como a mobilização popular pode impedir a privatização de áreas verdes, garantir o uso público de áreas e afirmar o valor dos bens comuns urbanos. De modo convergente, o estudo de Ribeiro, Silva e Longo (2020) revela que trilhas urbanas e periurbanas, quando apropriadas socialmente, podem articular integração social, mobilidade urbana e educação ambiental, ampliando o papel desses espaços para além do lazer. Da mesma forma, o "Cuidadores" não apenas cuida de uma APP degradada, mas também luta pela implementação do Parque Linear do Córrego São Francisco Xavier, reivindicando um espaço público que sirva à comunidade e preserve o meio ambiente.

Essas iniciativas dialogam diretamente com o conceito de "direito à cidade", proposto por Henri Lefebvre (2001), que vai além do simples acesso à infraestrutura urbana e engloba a participação ativa na gestão do território. Ao transformar uma área negligenciada em um espaço de convivência, educação e preservação, o coletivo demonstra que a sustentabilidade urbana deve ser construída de forma democrática e inclusiva. No entanto, para que esses esforços tenham um impacto duradouro, é essencial que o poder público reconheça e apoie tais iniciativas, garantindo não apenas a manutenção desses espaços, mas também a ampliação de políticas que integrem a sociedade civil no planejamento urbano.

Assim, o caso do "Cuidadores da APP Jardim Miriam" ilustra tanto o potencial transformador dos coletivos urbanos quanto a necessidade de um poder público mais presente e colaborativo. Enquanto o Urbanismo Tático e a EAC mostram-se eficazes na mobilização comunitária e na recuperação de áreas degradadas, sua sustentabilidade a longo prazo depende de uma governança compartilhada, em que sociedade civil e poder público trabalhem juntos para a construção de cidades mais justas, ambientalmente saudáveis e participativas.

7 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida neste trabalho revela que os coletivos urbanos, ao adotarem estratégias de Urbanismo Tático, vão além de mera ocupação de espaços degradados para se tornarem agentes de transformação socioambiental. Suas práticas não se limitam à recuperação física de áreas verdes, mas engendram um processo contínuo de aprendizagem coletiva, em que conhecimentos tradicionais, científicos e comunitários se entrelaçam para criar soluções locais adaptadas aos desafios urbanos.

Esses movimentos reconfiguram a própria noção de governança, deslocando o eixo decisório de instâncias formais para arenas públicas construídas a partir do diálogo direto entre cidadãos. Nesse sentido, eles materializam o conceito de "comuns urbanos", demonstrando que a gestão compartilhada de espaços públicos pode gerar modelos mais resilientes e adaptáveis do que as estruturas rígidas do planejamento urbano convencional. A experiência acumulada por esses grupos oferece um repertório valioso para repensar as políticas públicas ambientais, sugerindo caminhos para uma transição ecológica que seja, ao mesmo tempo, radical em suas metas e democrática em seus processos.

Os impactos dessa atuação se manifestam em múltiplas dimensões: na recomposição de ecossistemas urbanos, no fortalecimento do tecido social e na criação de novas institucionalidades que desafiam a dicotomia entre Estado e sociedade civil. Mais do que fornecer respostas pontuais, esses coletivos plantam as sementes de um novo paradigma de desenvolvimento urbano - um que compreende a sustentabilidade não como meta técnica, mas como processo político construído cotidianamente por meio da ação coletiva.

Portanto, longe de serem iniciativas compensatórias ou paliativas, os coletivos urbanos emergem como laboratórios vivos de inovação social, capazes de articular justiça ambiental com democracia participativa. Sua contribuição é demonstrar que as cidades do futuro não serão aquelas projetadas exclusivamente por especialistas, mas, sim, cocriadas por cidadãos organizados que, ao transformarem seus territórios, reinventam simultaneamente as possibilidades da vida urbana sustentável. Assim, conclui-se que os coletivos urbanos se consolidam como agentes sociais da construção de cidades mais sustentáveis, inclusivas e produtoras de conhecimento, capazes de enfrentar desafios contemporâneos de desenvolvimento urbano sustentável.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, L. M.; NORONHA, M. Contribuições do Urbanismo Tático de coletivos urbanos para cidades inteligentes e distritos de inovação. *In: FGKD24, 1., 2024, Campinas. Anais [...].* São Paulo: Blucher Social Sciences Proceedings,

2024. v. 7, n. 1, p.532-542. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/download-pdf/393/39302>
 Acesso em: 25 abr. 2025.

CARVALHO, L.M.; SOUZA, Z. B. The tactical urbanism of urban collectives in Campinas for innovation districts. **PARC**, Campinas, v. 16, e025002, 2025. ISSN 1980-6809. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/parc.v16i00.8677382>.
 Acesso em: 27 abr. 2025.

CONHECER para Preservar a APP do Jardim Miriam. Direção: Marcos Rogatto. Produção: Grupo de Trabalho da Comunicação do Coletivo Cuidadores da APP Jardim Miriam. Brasil: Vista Filmes, 2023. **Documentário**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nKPMsVrNgc0> Acesso em: 27 abr. 2025.

CRUZ, S. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S. l.], v. 7, n. 6, 2011. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/169. Acesso em: 26 jan. 2026.

FIGUEIREDO, V. A. Aproximações entre cidades sustentáveis e EAC: em busca da sustentabilidade urbana. *In*: Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, 5., 2023, Criciúma. **Anais [...]**. Criciúma: Editora Unesc, 2024. v. 5, n.p. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/8803> Acesso em: 24 abr. 2025.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. EA e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador, v.7, n.1, p.37-50, 2004.

MARINO, C. E. de C. Ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo. **Arq.urb**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 170-180, 2018.

RIBEIRO, M. L. L.; SILVA, A. L. da; LONGO, R. M. Trilhas Periurbanas em Barão Geraldo-Campinas/SP: Mobilidade, Integração Social e Educação Ambiental. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, [S. l.], v. 8, n. 64, 2020. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/2565. Acesso em: 26 jan. 2026.

RODRIGUES, A. L. B.; EVANGELISTA, S. A. de S.; DICKFELDT, E. P. PROJETO DATAS AMBIENTAIS COMO ESTRATÉGIA PARA A SENSIBILIZAÇÃO ECOLÓGICA DA COMUNIDADE DE PORTO FERREIRA E REGIÃO. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S. l.], v. 11, n. 4, 2015. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/1246. Acesso em: 26 jan. 2026.

SILVA, E. M. F. da; BENDER, F.; MONACO, M. L. da S. de; SMITH, A. K.; SILVA, P.; BUCKERIDGE, M. S.; ELBL, P. M.; LOCOSSELLI, G. M. Um novo ecossistema: florestas urbanas construídas pelo Estado e pelos ativistas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 169-186, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/5wrdrwKKhCYDDhLkPmw89cyk/?lang=pt> Acesso em: 26 jan. 2026.

SOUZA, T. Z. de. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO NÃO-SUSTENTÁVEL. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S. l.], v. 7, n. 6, 2011. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/169. Acesso em: 26 jan. 2026.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1983.

DECLARAÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTORA

- **Concepção e Design do Estudo:** Laura Martins de Carvalho
 - **Curadoria de Dados:** Beatriz Martins Arruda
 - **Análise Formal:** Laura Martins de Carvalho e Beatriz Martins Arruda
 - **Aquisição de Financiamento:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
 - **Investigação:** Laura Martins de Carvalho
 - **Metodologia:** Laura Martins de Carvalho
 - **Redação - Rascunho Inicial:** Laura Martins de Carvalho
 - **Redação - Revisão Crítica:** Beatriz Martins Arruda
 - **Revisão e Edição Final:** Beatriz Martins Arruda
 - **Supervisão:** Profa. Dra. Emília Wanda Rutkowski
-

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Nós, Laura Martins de Carvalho, Beatriz Martins Arruda e Emília Wanda Rutkowski declaramos que o manuscrito intitulado *Práticas de Educação e Preservação Ambiental Promovidas pelo Coletivo Urbano "Cuidadores da APP Jardim Miriam"*

1. **Vínculos Financeiros:** Não possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou interpretação do trabalho. Este trabalho foi realizado com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) referente ao Centro de Ciência para o Desenvolvimento, processo nº 2021/11962-4 (Centro de Estudos sobre Urbanização para o Conhecimento e a Inovação) e à bolsa de pós-doutorado, processo nº 2023/04126-0. Também contou com apoio financeiro da bolsa de doutorado, processo nº 88887.856535/2023-00, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
2. **Relações Profissionais:** Não possui relações profissionais que possam impactar a análise, a interpretação ou a apresentação dos resultados. Nenhuma relação profissional relevante ao conteúdo deste manuscrito foi estabelecida.
3. **Conflitos Pessoais:** Não há conflitos de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito.